



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026**

1. OBJETO

1.1. O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva de aparelhos ares-condicionados, bem como realização de serviços de manutenção corretiva sob demanda, com fornecimento, caso necessário, de reposição de peças e acessórios passíveis de substituição, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Natureza do objeto: serviço comum e contínuo, de natureza predominantemente operacional, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.3. Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, possibilitadas prorrogações sucessivas nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os serviços deverão ser executados na sede do Core-ES, localizada nos andares 7º e 8º do Edifício Top Center, nº 40, bairro Praia do Canto, Vitória/ES, CEP 29055-250.

1.5. Tabela de relação dos aparelhos abrangidos pela demanda:

| ITEM | OBJETO | BTU/H | MODELO | MARCA | CATSER | QUANT. |
|------|---------------------------|--------|-------------------|----------|--------|--------|
| 1 | ar-condicionado split | 12.000 | GWC12QC-D3NNB4A/I | GREE | 2771 | 2 |
| 2 | ar-condicionado split | 9.000 | CBV09DBBNA00 | CONSUL | 2771 | 2 |
| 3 | ar-condicionado split | 9.000 | GWC09MA-D1NNA8E/I | GREE | 2771 | 1 |
| 4 | ar-condicionado split | 24.000 | LCS24F-02 | AGRATTO | 2771 | 2 |
| 5 | ar-condicionado split | 22.000 | 42TFCA22S5 | SPRINGER | 2771 | 1 |
| 6 | ar-condicionado split | 18.000 | 42TFCA18S5 | SPRINGER | 2771 | 2 |
| 7 | ar-condicionado de janela | 18.000 | SILENTIA | SPRINGER | 2771 | 1 |



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. Manutenção preventiva: A manutenção preventiva busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar-condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde.

2.1.1. A execução periódica dos serviços de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado consiste em:

2.1.1.1. Inspeção;

2.1.1.2. Lubrificação;

2.1.1.3. Limpeza geral;

2.1.1.4. Verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes;

2.1.1.5. Monitoração das partes sujeitas a maior desgaste;

2.1.1.6. Ajustes de componentes;

2.1.1.7. Testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos;

2.1.1.8. Constatação de correções e falhas;

2.1.1.9. A recarga de gás refrigerante está incluída no ato de manutenção preventiva dos aparelhos, quando aplicável ao modelo.

2.1.1.10. Reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.1.1.11. Outros serviços ou ações necessárias e inerentes aos serviços de manutenção preventiva dos aparelhos capazes de atender às linhas gerais do objeto contratual.

2.1.2. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

2.1.3. A Contratante indicará um colaborador para o acompanhamento e fiscalização da manutenção objeto desta contratação.

2.1.4. Será de responsabilidade da Contratada a execução de serviços de rotina, inerentes à execução do objeto contratado.

2.2. Manutenção corretiva (sob demanda): os serviços de manutenção corretiva serão demandados pela Contratante tantas vezes forem necessárias, observado o limite máximo anual de 6 (seis) correções regidas através do Processo Administrativo n. 21/2026 do Core-ES, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

2.2.1. A Contratada deverá executar os trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção dos defeitos e anormalidades dos aparelhos ar-condicionados que compõem a estrutura do Conselho.

2.2.2. A requisição dos serviços de natureza corretiva poderá ser formalizada por meio de telefone, e-mail ou qualquer outra forma de comunicação.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

2.2.3. No caso de anormalidades, eventuais ou emergenciais, a Contratada deverá iniciar os procedimentos de manutenção corretiva no prazo de até 4 (quatro) horas.

2.2.3.1. Caso não haja tempo hábil de comparecimento nos termos do item acima, a execução do procedimento de manutenção corretiva será prorrogada para o próximo dia de funcionamento do Conselho.

2.3. Substituição de peças (sob demanda).

2.3.1. As peças, componentes e materiais necessários à execução das manutenções corretivas dos aparelhos de ar-condicionado objeto deste contrato serão fornecidos pela Contratada, mediante prévia autorização da fiscalização, até o limite financeiro anual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado exclusivamente à reposição de peças.

2.3.1.1. O valor definido como teto para reposição de peças sofrerá atualização monetária anualmente para fins de conservação de sua finalidade contratual.

2.3.1.2. A atualização se dará através da aplicação do INPC.

2.3.2. A cada substituição de peça, a Contratada deverá apresentar à fiscalização, para análise e autorização prévia, orçamento detalhado contendo, no mínimo, a identificação do componente (marca, modelo e código), a quantidade, o valor unitário e o valor total, bem como laudo ou relatório técnico sucinto que comprove a necessidade da troca.

2.3.3. Caso seja atingido o limite anual estabelecido, eventuais substituições adicionais de peças somente serão executadas mediante autorização específica da Administração, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser objeto de aditivo contratual ou de procedimento próprio de aquisição de materiais, a critério da Contratante.

2.3.4. Peças de alto valor unitário, em especial compressores e placas eletrônicas principais, cujo custo individual seja significativamente superior ao valor médio das demais peças e que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderão, a critério da Administração, ser excluídas do escopo de fornecimento da Contratada e adquiridas diretamente pelo Core-ES.

2.3.5. A Contratada deverá empregar peças novas e originais ou, quando indisponíveis, equivalentes de qualidade comprovada, observando-se as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, sob pena de rejeição pela fiscalização.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade que fundamenta esta demanda está relacionada à garantia do funcionamento contínuo, eficiente e seguro dos sistemas de climatização instalados nas dependências administrativas deste órgão. O adequado desempenho dos aparelhos de ar-condicionado é essencial para assegurar condições ambientais apropriadas, promover o conforto térmico, preservar a saúde ocupacional, proteger equipamentos e instalações físicas, além de garantir a regularidade e a eficiência das atividades institucionais e do atendimento ao público.

3.2. A prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado é imprescindível para evitar falhas, paralisações inesperadas e a deterioração prematura dos equipamentos. A ausência de manutenção sistemática expõe a Administração a riscos de proliferação de agentes nocivos à saúde, elevação de custos com reparos emergenciais e desperdício de recursos públicos. A adoção de um modelo preventivo, aliado à pronta atuação corretiva, proporciona maior



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

previsibilidade orçamentária, racionalização de despesas e continuidade dos serviços públicos, alinhando-se às boas práticas de gestão e ao interesse público.

3.3. A contratação fundamenta-se no art. 6º, Incisos XIII, XLI, art. 28, Inciso I, art. 29, todos da Lei n. 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução escolhida para atendimento à demanda de manutenção dos sistemas de climatização consiste na contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento eventual de peças e acessórios mediante demanda. Esta abordagem foi selecionada após criteriosa análise das necessidades, dos requisitos técnicos e administrativos, e das opções disponíveis no mercado. A seguir, detalha-se como a solução atende de forma ampla e eficaz todas as necessidades identificadas, promovendo os princípios da eficiência, economicidade, saúde ocupacional e continuidade das atividades institucionais.

4.2. A solução de contratação contínua estabelece vínculo com empresa certificada para a execução periódica dos serviços de manutenção preventiva em todos os equipamentos de ar-condicionado do órgão, bem como a pronta realização de manutenções corretivas sob demanda, incluindo o fornecimento e substituição de peças necessárias, mediante comprovação técnica e em conformidade com os limites financeiros e normativos estabelecidos.

4.2.1. Continuidade e Eficiência Operacional: a manutenção regular e sistemática garante que os sistemas de climatização estejam continuamente operacionais, preservando condições ambientais adequadas, proteção à saúde ocupacional e pleno suporte às atividades administrativas e de atendimento ao público.

4.2.2. Redução de Riscos e Falhas: a abordagem preventiva possibilita antecipação e mitigação de falhas, evitando paralisações inesperadas, deterioração precoce dos equipamentos e minimização dos riscos de proliferação de agentes nocivos à saúde.

4.2.3. Pronto Atendimento Corretivo: a empresa contratada se compromete a atuar com rapidez em situações emergenciais e falhas críticas, assegurando agilidade para restaurar o funcionamento dos equipamentos e a continuidade dos serviços institucionais.

4.2.4. Observância de Normas Técnicas e de Segurança: todos os serviços são executados em conformidade com as normas da ABNT, Anvisa, Inmetro e demais aplicáveis, além dos requisitos de segurança do trabalho, promovendo ambientes seguros e conformidade legal.

4.2.5. Fornecimento Controlado de Peças: O fornecimento e substituição de peças e acessórios é realizado mediante necessidade comprovada através de relatório técnico, garantindo a economicidade por meio da apresentação de três cotações para cada item, respeitando o limite financeiro anual estipulado.

4.2.6. Qualificação Técnica: o edital de licitação deverá exigir documentação apta a atestar que a empresa possui capacidade mínima para execução dos serviços, como Atestado de Capacidade Técnica (ACT) ou documento equivalente.

4.3. Como a solução escolhida atende melhor às necessidades.

4.3.1. Execução de manutenção preventiva segundo cronograma regular e recomendações dos fabricantes; Realização de inspeções, limpezas, ajustes, lubrificações e testes em



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

todos os equipamentos relacionados; Disposição para pronto atendimento emergencial conforme situações críticas; Fornecimento de peças mediante comprovação, cotações e dentro do limite financeiro definido; Cumprimento de normativos técnicos e de saúde, incluindo descarte ambientalmente responsável dos resíduos gerados na manutenção, observando práticas de sustentabilidade; Entrega de relatórios técnicos após intervenções que impliquem na necessidade de substituição ou reposição de peças, assegurando controle, transparência e economicidade; Garantia de qualificação técnica dos profissionais alocados para o atendimento.

4.4. Benefícios da solução.

4.4.1. Maior previsibilidade orçamentária: proporciona custos fixos periódicos, contribuindo para a racionalização das despesas públicas; Redução de custos com emergências: a manutenção preventiva regular reduz a incidência de reparos imprevistos e dispendiosos, inclusive com impactos indiretos na utilização do suprimento de fundos da entidade; Melhoria da eficiência institucional: o pleno funcionamento dos sistemas de climatização assegura regularidade das atividades essenciais e do atendimento ao público; Atendimento às práticas de sustentabilidade: inclui a gestão ambientalmente responsável dos resíduos gerados e condições de trabalho seguras aos envolvidos; Gestão centralizada e documentação: possibilita melhor controle sobre as informações técnicas das intervenções e das condições dos equipamentos.

4.5. A contratação de empresa especializada, em regime contínuo, para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, atende plenamente às necessidades identificadas, mitigando riscos operacionais, promovendo economicidade, saúde ocupacional e continuidade institucional. Trata-se da solução que melhor responde ao interesse público, conforme estabelecido nos normativos aplicáveis, alinhando boa gestão de recursos à eficiência administrativa.

4.6. Quanto à justificativa para o parcelamento ou não da solução:

4.6.1. Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao disposto no inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei n. 14.133/2021 e no inciso VII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020, procedeu-se à análise acerca da possibilidade de parcelamento do objeto da contratação destinada à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização deste órgão, considerando-se tanto a viabilidade técnica quanto as peculiaridades do mercado fornecedor.

4.6.2. De modo geral, o parcelamento do objeto na Administração Pública visa ampliar a competitividade, promover a economicidade e otimizar os resultados da contratação, desde que o objeto seja divisível e que a fragmentação não comprometa a eficiência, a qualidade ou a continuidade da execução contratual. No caso em análise, o objeto consiste na prestação contínua de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, com eventual fornecimento de peças e acessórios, de modo a assegurar o funcionamento adequado, seguro e ininterrupto de todo o parque de equipamentos.

4.6.3. Sob o aspecto da natureza do serviço, verifica-se que a demanda exige atendimento integral e uniforme a todos os equipamentos instalados, com manutenções periódicas programadas e atendimento corretivo tempestivo. Tal característica impõe uma gestão centralizada das atividades, de forma a garantir padrões homogêneos de qualidade, continuidade operacional e rastreabilidade das intervenções realizadas.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

4.6.4. No que se refere às características técnicas, embora os equipamentos apresentem diversidade de marcas, modelos e capacidades, os serviços a serem executados são essencialmente similares, envolvendo procedimentos como limpeza, inspeção, ajustes, substituição de componentes e reparos técnicos. A execução eficiente dessas atividades depende de planejamento integrado, logística coordenada, controle unificado de ordens de serviço, fornecimento racionalizado de peças e consolidação de relatórios técnicos, o que se mostra incompatível com a fragmentação do objeto em múltiplos contratos.

4.6.5. Ademais, quanto às peculiaridades de comercialização, observa-se que o mercado especializado usualmente oferta esse tipo de serviço por meio de contratos abrangentes, que englobam o conjunto de equipamentos de uma mesma unidade ou órgão. Essa prática favorece a economia de escala, a previsibilidade operacional e a redução de custos unitários. A contratação de forma parcelada, seja por equipamento ou por grupos de similares, tende a reduzir a atratividade do certame para empresas qualificadas, elevar os custos administrativos e operacionais, além de dificultar o controle técnico da execução.

4.6.6. Do ponto de vista do risco operacional, o parcelamento do objeto implicaria fragmentação da responsabilidade técnica, possibilidade de sobreposição de ações, aumento da complexidade da fiscalização contratual e riscos de descontinuidade dos serviços, o que é especialmente sensível em se tratando de sistemas essenciais ao conforto térmico, à preservação de equipamentos e às condições adequadas de trabalho.

4.6.7. Assim, avaliadas as alternativas de parcelamento, conclui-se que tanto a divisão por equipamento quanto por grupos de equipamentos similares não se mostram técnica ou economicamente recomendáveis, uma vez que não agregam ganhos relevantes de competitividade ou redução de preços, ao mesmo tempo em que introduzem riscos gerenciais e operacionais. Por outro lado, a contratação em lote único revela-se a forma mais adequada, por propiciar gestão centralizada, economia de escala, maior previsibilidade, padronização dos procedimentos, facilidade de fiscalização e garantia da continuidade dos serviços.

4.6.8. Dessa forma, conclui-se que o objeto da presente contratação não é divisível para fins de parcelamento. A prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, em razão de seu caráter sistêmico, da integração operacional exigida e das práticas consolidadas de mercado, deve ser realizada de forma global, em único lote. Tal solução atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade, padronização e continuidade dos serviços públicos, em consonância com a legislação vigente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, para garantir o atendimento adequado da necessidade de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização instalados nas dependências administrativas, é fundamental o estabelecimento de requisitos técnicos e administrativos compatíveis com a natureza dos serviços demandados. Esses requisitos visam assegurar a eficiência, a economicidade, a saúde ocupacional e a continuidade do funcionamento institucional, promovendo práticas responsáveis e alinhadas ao interesse público.

5.1.1. Requisitos essenciais para o atendimento da demanda.



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES

5.1.1.1. Realização regular de manutenção preventiva: execução de serviços periódicos de limpeza, inspeção, ajuste, lubrificação e testes nos equipamentos listados, de acordo com a recomendação dos fabricantes e dos normativos técnicos aplicáveis.

5.1.1.2. Execução de manutenção corretiva sob demanda: diagnóstico técnico, identificação e reparo imediato de falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas, restaurando o pleno funcionamento dos aparelhos.

5.1.1.3. Fornecimento e substituição de componentes: disponibilização e eventual substituição de peças e acessórios originais ou compatíveis, mediante necessidade comprovada, respeitando o limite financeiro anual estipulado e mediante apresentação de pelo menos três cotações para cada item.

5.1.1.4. Atendimento às normas técnicas, saúde e segurança: observância das normas vigentes de segurança no trabalho, saúde ocupacional e ambientais aplicáveis aos serviços de climatização (ABNT, Anvisa, Inmetro, entre outros), garantindo a integridade dos trabalhadores, ocupantes e do ambiente.

5.1.1.5. Emissão de relatórios técnicos: elaboração e entrega de relatórios detalhados em caso de recomendação de troca de peça, contendo descrições dos serviços realizados, avaliação das condições dos equipamentos, recomendações e informações sobre peças substituídas.

5.1.1.6. Pronto atendimento emergencial: disponibilidade para atendimento ágil em casos emergenciais ou falhas críticas nos equipamentos, visando garantir a continuidade das atividades administrativas.

5.1.2. Práticas de Sustentabilidade (Ambiental, Social e Econômica).

5.1.2.1. Ambiental: Gestão responsável dos resíduos gerados na manutenção, com descarte adequado de filtros, fluidos e componentes, priorizando reciclagem e destinação ambientalmente correta conforme legislação vigente.

5.1.2.2. Social: Garantia de condições de trabalho seguras, contratação de mão de obra qualificada, priorização de ações que promovam a saúde ocupacional e a prevenção de riscos à coletividade.

5.1.2.3. Econômica: Adoção de práticas que contribuam para a racionalização dos gastos públicos, controle de despesas com manutenção preventiva para evitar custos com reparos emergenciais, e seleção econômica de peças por meio de cotações, conforme estabelecido.

5.2. Garantia da contratação.

5.2.1. Não haverá exigência de garantia da contratação conforme art. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021 por se tratar de contratação de serviço de baixo vulto, não havendo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia da execução.

5.3. Vistoria facultativa.

5.3.1. As disposições relativas à vistoria facultativas estão disciplinadas no Item 12 do Termo de Referência.

5.4. Subcontratação.

5.4.1. São vedadas à Contratada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto da licitação.

5.5. Considerações finais: O atendimento a todos os requisitos acima é indispensável para mitigar riscos operacionais, garantir ambientes saudáveis e assegurar a continuidade e



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

regularidade das atividades institucionais, sempre observando os princípios de sustentabilidade e economicidade na administração pública.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Local e horário da prestação dos serviços.

6.1.1. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES, situado na Rua Desembargador Sampaio, n. 40, 7º e 8º andares, Edifício Top Center, bairro Praia do Canto, Vitória/ES, CEP 29055-250.

6.1.1.1. A execução ocorrerá em dias úteis no horário regular de funcionamento do Conselho (das 8h às 17h), de segunda-feira a sexta-feira.

6.2. A manutenção deverá ser executada no local onde se encontram os aparelhos. Caso haja necessidade da retirada de aparelhos para execução de manutenção na oficina da Contratada, esta deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno para sua posição de origem.

6.3. A Contratada deverá fornecer e garantir o uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conforme normas vigentes, visando a não ocorrência de danos físicos e materiais, não só com relação aos seus funcionários, como também com relação aos usuários em geral.

6.4. A Contratada deverá indicar um preposto, representante da empresa aceito pela Administração, para representá-la ao longo da vigência contratual, informando todos os meios de contato e assegurar a sua disponibilidade para contato durante o horário da prestação dos serviços, e terá as seguintes atribuições.

6.4.1. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização;

6.4.2. Receber e encaminhar os serviços demandados pelo Contratante para execução, conforme as especificações constantes no Termo de Referência;

6.4.3. Ter pleno conhecimento das atividades realizadas pelos funcionários;

6.4.4. Atender prontamente às solicitações da Contratante;

6.4.5. Tomar ciência dos relatórios da fiscalização, ofícios, atas de reunião e outros documentos necessários à eficaz comunicação entre Contratada e Contratante;

6.5.6. Comunicar à fiscalização do contrato sobre ocorrências cujas soluções não sejam de sua alçada e que possam impactar no desenvolvimento dos serviços;

6.5.7. Comunicar à Contratante a ocorrência de toda e qualquer irregularidade ou anormalidade constatada na prestação dos serviços.

6.6. A manutenção preventiva dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser realizada 2 (duas) vezes por ano durante a vigência contratual, observando-se intervalo aproximado de 6 (seis) meses entre as execuções, salvo necessidade apresentada pela Administração.

6.6.1. As datas de realização das manutenções preventivas serão definidas pela Contratante, de acordo com sua conveniência administrativa e necessidade operacional, sendo comunicadas à Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

6.6.1.1. Caso seja possível que a Contratada realize os serviços antes de transcorrido o prazo acima, em comum acordo com a Contratante, os serviços poderão ser executados com antecedência mínima inferior a 10 (dez) dias úteis.

6.6.2. Cada ciclo de manutenção preventiva deverá abranger todos os aparelhos relacionados no Termo de Referência, compreendendo, no mínimo, os procedimentos necessários à preservação do desempenho e da vida útil dos equipamentos.

6.6.3. A identificação, durante a manutenção preventiva, da necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios não autoriza sua execução automática pela Contratada, devendo ser previamente submetida à apreciação e autorização da Contratante, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência para os serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas e com as especificações contidas neste Termo de Referência, além das normas previstas na Lei n. 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

7.2. No decorrer da execução do objeto do contrato, as ocorrências inerentes aos serviços deverão ser registradas no processo administrativo de fiscalização do contrato e comunicadas ao fiscal do contrato para aplicação de sanções, se for caso, conforme previstas neste Termo de Referência.

7.3. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo fiscal do contrato, o qual submeterá seus pareceres, devidamente fundamentados, à consideração da Administração da Contratante.

7.4. Os serviços serão acompanhados por funcionário do Core-ES indicado pela Administração, que competirá fiscalizar a execução dos serviços e dirimir, junto à Contratada, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços.

7.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária ou PIX, creditada na conta corrente da Contratada, deste que o serviço tenha sido executado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da Contratante.

8.1.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante e encaminhada ao endereço eletrônico financeiro@core-es.org.br.

8.1.2. Na Nota Fiscal deverão constar os dados bancários para crédito ou emissão de ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

8.1.3. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

8.1.4. Caso a Contratada seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

8.1.5. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a Contratante efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

8.1.6. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

8.1.7. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

8.1.7.1. Caso a situação não seja regularizada, a Contratante iniciará o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.137 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

8.2. Os serviços serão provisoriamente aceitos pelo fiscal do contrato, acompanhado da sua respectiva Nota Fiscal, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

8.3. O serviço será definitivamente aceito após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes na proposta em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após o dia de execução do serviço.

8.4. O Core-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento, ou de realizá-lo integralmente, conforme o caso, se, no ato do atesto, o serviço não estiver de acordo com as determinações do Termo de Referência e Contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A presente contratação será processada mediante licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

9.2. Adota-se o pregão eletrônico **tradicional**, sem utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que o objeto possui demanda certa, quantitativo previamente definido, necessidade específica e execução vinculada às necessidades objetivas do Conselho, inexistindo características de contratações futuras, repetidas ou incertas que justifiquem a adoção do registro de preços.

9.3. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço** global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. A adjudicação ocorrerá em favor da licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, compatível com o valor estimado da contratação, plenamente exequível e em conformidade com todas as exigências do edital e respectivos anexos.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, o valor estimado mensal da contratação é de R\$ 13.221,66 (treze mil duzentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos).

10.2. No valor acima estão compreendidos tanto os valores relativos às manutenções preventivas que ocorrerão na frequência de 2 vezes por aparelho ao ano, estimado em R\$ 8.251,66; quanto relativos às manutenções corretivas sob demanda, estimado em R\$ 2.970,00; bem como valor teto fixado em R\$ 2.000,00 para reposição de peças eventualmente necessária.

Tabela consolidada dos aparelhos – manutenção preventiva 2 vezes ao ano

| Item | Tipo | BTU/h | Modelo | Marca | CATSER | Quant. | Valor Preventiva | Preventivas por ano | Valor anual |
|--------------|--------|--------|-------------------|----------|--------|--------|------------------|---------------------|---------------------|
| 1 | Split | 12.000 | GWC12QC-D3NNB4A/I | GREE | 2771 | 2 | R\$ 369,50 | 2 | R\$ 1.478,40 |
| 2 | Split | 9.000 | CBV09DBBNA00 | CONSUL | 2771 | 2 | R\$ 331,67 | 2 | R\$ 1.326,68 |
| 3 | Split | 9.000 | GWC09MA-D1NNA8E/I | GREE | 2771 | 1 | R\$ 331,67 | 2 | R\$ 663,34 |
| 4 | Split | 24.000 | LCS24F-02 | AGRATTO | 2771 | 2 | R\$ 438,33 | 2 | R\$ 1.753,32 |
| 5 | Split | 22.000 | 42TFCA22S5 | SPRINGER | 2771 | 1 | R\$ 404,63 | 2 | R\$ 809,26 |
| 6 | Split | 18.000 | 42TFCA18S5 | SPRINGER | 2771 | 2 | R\$ 370,11 | 2 | R\$ 1.480,44 |
| 7 | Janela | 18.000 | SILENTIA | SPRINGER | 2771 | 1 | R\$ 370,11 | 2 | R\$ 740,22 |
| Total | | | | | | | | | R\$ 8.251,66 |

Tabela de estimativa global da contratação – 12 meses

| Item | Descrição | Critério de estimativa | Valor Unitário | Quantidade máxima | Valor total anual estimado |
|------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------|-------------------|----------------------------|
| 1 | Manutenção preventiva | 2 por aparelho/ano | Conforme BTU | 11 aparelhos | R\$ 8.251,66 |
| 2 | Manutenção corretiva | Sob demanda | R\$ 495,00 | 6 | R\$ 2.970,00 |
| 3 | Reposição de peças | Limite anual | - | - | R\$ 2.000,00 |
| Valor Global Estimado | | | | | R\$ 13.221,66 |

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação está amparada por dotação orçamentária própria, com disponibilidade previamente atestada nos autos do Processo Administrativo n. 21/2026.

11.1.1. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

11.1.2. Centro de Custos: 02.02.014 – Serviços Terceirizados.

12. VISTORIA FACULTATIVA



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

12.1. A vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços não é obrigatória, podendo ser substituída pela declaração da empresa de que está ciente das condições de execução dos serviços.

12.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

12.3. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através do e-mail **juridico@core-es.org.br**.

12.4. Serão disponibilizados data e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual deve ser efetivada **a partir da publicação** do certame licitatório **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a realização da sessão pública.

12.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identificação civil e documento expedido pela empresa que seja apto a comprovar sua habilitação para a realização da vistoria.

12.6. Ao final da vistoria, deverá a empresa ou seu representante legal firmar Declaração de Vistoria, de acordo com o modelo constante do Anexo II.

12.7. A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12.7.1. A não realização da vistoria gera presunção de que a empresa tomou plena ciência de todas as informações e condições dos locais onde ocorrerão as atividades contratuais.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação decorrente do presente procedimento licitatório será formalizada mediante a celebração de contrato administrativo, a ser firmado por escrito entre o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES e a Contratada, nos termos dos arts. 89 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

13.2. O contrato administrativo constituirá o instrumento jurídico hábil para disciplinar os direitos, deveres e responsabilidades das partes, bem como as condições de execução, pagamento, fiscalização, sanções, vigência e demais cláusulas necessárias à plena execução do objeto, em conformidade com o edital, seus anexos e a proposta vencedora.

13.3. A assinatura do contrato ficará condicionada à: regularidade da documentação de habilitação da licitante vencedora; manutenção das condições de habilitação exigidas no certame; disponibilidade orçamentária devidamente comprovada; observância dos prazos e condições estabelecidos no edital.

13.4. O contrato conterá as cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, incluindo, dentre outras: o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução; o preço e as condições de pagamento; os prazos de execução e vigência; os critérios de recebimento do objeto; as responsabilidades das partes; as hipóteses de sanções, rescisão e extinção contratual; as condições de fiscalização e gestão do contrato.

13.5. A vigência contratual terá início a partir da data de sua assinatura, observados os prazos definidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sendo vedado o



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

início da execução do objeto antes da formalização do ajuste, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

13.6. A formalização contratual por meio de contrato administrativo se justifica pela natureza contínua dos serviços a serem prestados, pela necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como pela imprescindibilidade de acompanhamento permanente, fiscalização sistemática e gestão contratual rigorosa, nos termos da Lei n. 14.133/2021 de modo a assegurar a adequada execução dos serviços e normas correlatas.

13.7. O contrato e seus eventuais termos aditivos serão publicados na forma da legislação vigente, garantindo-se a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A sanção prevista no item 14.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.5. A sanção prevista no item 14.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.
- 14.6. A sanção prevista no item 14.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.7. A sanção prevista no item 14.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.8. A sanção estabelecida no item 14.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- 14.8.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- 14.8.2. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
- 14.9. As sanções previstas nos itens 14.2.1, 14.2.3. e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 14.2.2.
- 14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.11. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

14.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.13. A aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

14.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

14.17.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

14.17.2. suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.17.3. suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.20. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

14.20.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

14.21. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

14.21.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

14.22. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.22.2. pagamento da multa;

14.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes ao cumprimento das obrigações contratuais.

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

15.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

15.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

15.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

15.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.9. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

15.10. Emitir laudo técnico informando à Contratante da necessidade de substituição de peças ou componentes dos aparelhos de ar-condicionado, conforme com as disposições elencadas no Termo de Referência.

15.11. A Contratada deverá prestar garantia dos serviços objeto deste Termo de Referência no prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

15.11.1. A Contratada se obriga a corrigir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem ônus para a Contratante, os serviços que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia estipulado acima.

15.12. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos aos locais necessários, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como pelas despesas de transportes, frete e seguros correspondentes.

15.13. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, proteções de pisos, de esquadrias e de mobiliário, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, serviços extraordinários, dentre outros.

15.14. Responsabilizar-se pelo descarte adequado de todo material removido, fazendo-o de forma a atender a todas as exigências das normas ambientais vigentes, em especial à Resolução 307/2002 do CONAMA, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Constituem obrigações da Contratante, além daquelas previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, adotar todas as providências necessárias para viabilizar a adequada execução do objeto contratado, observados os princípios da legalidade, eficiência, motivação, cooperação e boa-fé administrativa.

16.2. Notificar imediatamente a Contratada sobre qualquer condição operacional anormal.

16.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção, atestar nas notas fiscais, a efetiva prestação dos serviços do objeto contratado e o seu aceite.

16.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação deste termo e da proposta de preços da contratada.

16.5. Oferecer informações à Contratada, sempre que necessárias para execução dos trabalhos.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

- 16.6. Franquear o acesso para a contratada aos locais necessários a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 16.7. Nomear empregado para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços.
- 16.8. Notificar a contratada acerca das falhas e irregularidades constatadas na execução do serviço.
- 16.9. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

17. CONTATOS

17.1. Departamento Jurídico e Setor de XXX

E-mail: juridico@core-es.org.br

E-mail:

Tel.: (27) 3223-3502

Vitória/ES, *data conforme assinatura eletrônica.*

Carlos Henrique Gabriel Magnago

Assessor da Presidência do Core-ES

Crea-ES 46204/D



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Processo Administrativo n. 21/2026

Objeto: Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, na qualidade de () representante legal / () preposto / () responsável técnico da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

1. Realizei vistoria técnica nas dependências da Sede do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES, local onde serão executados os serviços objeto da contratação em referência;
2. Tomei pleno e inequívoco conhecimento de todas as condições físicas, operacionais, ambientais e organizacionais do local da prestação dos serviços, bem como das rotinas administrativas e das peculiaridades que possam influenciar direta ou indiretamente na execução do objeto;
3. Estou ciente das características, quantitativos estimados, condições de execução, responsabilidades e obrigações previstas no Termo de Referência e em seus anexos, não subsistindo quaisquer dúvidas quanto à perfeita compreensão do objeto a ser contratado;
4. Declaro que as informações obtidas por ocasião da vistoria são suficientes para a formulação da proposta, não podendo a empresa alegar posteriormente desconhecimento, omissão, erro ou qualquer outra circunstância relacionada às condições do local como fundamento para pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, aditamento contratual ou descumprimento das obrigações assumidas;

Assumo, em nome da empresa que represento, a inteira responsabilidade pela veracidade das informações ora prestadas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Representante da empresa

Vitória/ES, ____ de _____ de 2026.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Processo Administrativo nº 21/2026

Pregão Eletrônico nº 90008/2026

Contrato de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos ar-condicionados que fazem entre si o Core-ES e a empresa (...)

O **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** – Core-ES, autarquia profissional, criado pela Lei nº 4.886/65, com sede à Rua Desembargador Sampaio, nº 40 – 8º andar, Praia do Canto, Vitória – ES, CEP: 29055-250, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.167.864/0001-11, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Marcelo Marino Simonetti, Representante Comercial, inscrito no Core-ES sob o nº 10.084/1990, inscrito no CPF sob o nº 812.739.247-20, ao final e assinado, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, (empresa), pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede no (...), representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO**, observando-se, para tanto, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o Termo de Referência e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva de aparelhos ar-condicionados, bem como realização de serviços de manutenção corretiva sob demanda, com fornecimento, caso necessário, de reposição de peças e acessórios passíveis de substituição, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam a presente contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Edital do Pregão Eletrônico n. 90008/2026 do Core-ES;

1.2.2. O Termo de Referência que subsidia o Processo Administrativo n. 21/2026 do Core-ES;

1.2.3. Anexos dos artefatos mencionados anteriormente;

1.2.4. A proposta encaminhada pela Contratada.

1.3. Serviços a serem executados.

1.3.1. Manutenção preventiva: A manutenção preventiva busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar-condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

1.3.1.1. A execução periódica dos serviços de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado consiste em:

1.3.1.1.1. Inspeção;

1.3.1.1.2. Lubrificação;

1.3.1.1.3. Limpeza geral;

1.3.1.1.4. Verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes;

1.3.1.1.5. Monitoração das partes sujeitas a maior desgaste;

1.3.1.1.6. Ajustes de componentes;

1.3.1.1.7. Testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos;

1.3.1.1.8. Constatação de correções e falhas;

1.3.1.1.9. A recarga de gás refrigerante está incluída no ato de manutenção preventiva dos aparelhos, quando aplicável ao modelo.

1.3.1.1.10. Reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.3.1.1.11. Outros serviços ou ações necessárias e inerentes aos serviços de manutenção preventiva dos aparelhos capazes de atender às linhas gerais do objeto contratual.

1.3.1.2. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

1.3.1.3. A Contratante indicará um colaborador para o acompanhamento e fiscalização da manutenção objeto desta contratação.

1.3.1.4. Será de responsabilidade da Contratada a execução de serviços de rotina, inerentes à execução do objeto contratado.

1.3.2. Manutenção corretiva (sob demanda): os serviços de manutenção corretiva serão demandados pela Contratante tantas vezes forem necessárias, observado o limite máximo anual de 6 (seis) correções regidas através do Processo Administrativo n. 21/2026 do Core-ES, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

1.3.2.1. A Contratada deverá executar os trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção dos defeitos e anormalidades dos aparelhos ares-condicionados que compõem a estrutura do Conselho.

1.3.2.2. A requisição dos serviços de natureza corretiva poderá ser formalizada por meio de telefone, e-mail ou qualquer outra forma de comunicação.

1.3.2.3. No caso de anormalidades, eventuais ou emergenciais, a Contratada deverá iniciar os procedimentos de manutenção corretiva no prazo de até 4 (quatro) horas.

1.3.2.3.1. Caso não haja tempo hábil de comparecimento nos termos do item acima, a execução do procedimento de manutenção corretiva será prorrogada para o próximo dia de funcionamento do Conselho.

1.3.3. Substituição de peças (sob demanda).

1.3.3.1. As peças, componentes e materiais necessários à execução das manutenções corretivas dos aparelhos de ar-condicionado objeto deste contrato serão fornecidos pela



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

Contratada, mediante prévia autorização da fiscalização, até o limite financeiro anual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado exclusivamente à reposição de peças.

1.3.3.1.1. O valor definido como teto para reposição de peças sofrerá atualização monetária anualmente para fins de conservação de sua finalidade contratual.

1.3.3.1.2. A atualização se dará através da aplicação do INPC.

1.3.3.2. A cada substituição de peça, a Contratada deverá apresentar à fiscalização, para análise e autorização prévia, orçamento detalhado contendo, no mínimo, a identificação do componente (marca, modelo e código), a quantidade, o valor unitário e o valor total, bem como laudo ou relatório técnico sucinto que comprove a necessidade da troca.

1.3.3.3. Caso seja atingido o limite anual estabelecido, eventuais substituições adicionais de peças somente serão executadas mediante autorização específica da Administração, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser objeto de aditivo contratual ou de procedimento próprio de aquisição de materiais, a critério da Contratante.

1.3.3.4. Peças de alto valor unitário, em especial compressores e placas eletrônicas principais, cujo custo individual seja significativamente superior ao valor médio das demais peças e que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderão, a critério da Administração, ser excluídas do escopo de fornecimento da Contratada e adquiridas diretamente pelo Core-ES.

1.3.3.5. A Contratada deverá empregar peças novas e originais ou, quando indisponíveis, equivalentes de qualidade comprovada, observando-se as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, sob pena de rejeição pela fiscalização.

Tabela de relação dos aparelhos abrangidos pela demanda

| ITEM | OBJETO | BTU/H | MODELO | MARCA | CATSER | QUANT. |
|------|-----------------------|--------|-------------------|----------|--------|--------|
| 1 | ar-condicionado split | 12.000 | GWC12QC-D3NNB4A/I | GREE | 2771 | 2 |
| 2 | ar-condicionado split | 9.000 | CBV09DBBNA00 | CONSUL | 2771 | 2 |
| 3 | ar-condicionado split | 9.000 | GWC09MA-D1NNA8E/I | GREE | 2771 | 1 |
| 4 | ar-condicionado split | 24.000 | LCS24F-02 | AGRATTO | 2771 | 2 |
| 5 | ar-condicionado split | 22.000 | 42TFCA22S5 | SPRINGER | 2771 | 1 |
| 6 | ar-condicionado split | 18.000 | 42TFCA18S5 | SPRINGER | 2771 | 2 |



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

| | | | | | | |
|---|----------------------------------|--------|----------|----------|------|---|
| 7 | ar- condicionado de janela | 18.000 | SILENTIA | SPRINGER | 2771 | 1 |
|---|----------------------------------|--------|----------|----------|------|---|

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Local e horário da prestação dos serviços.

2.1.1. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES, situado na Rua Desembargador Sampaio, n. 40, 7º e 8º andares, Edifício Top Center, bairro Praia do Canto, Vitória/ES, CEP 29055-250.

2.1.1.1. A execução ocorrerá em dias úteis no horário regular de funcionamento do Conselho (das 8h às 17h), de segunda-feira a sexta-feira.

2.2. A manutenção deverá ser executada no local onde se encontram os aparelhos. Caso haja necessidade da retirada de aparelhos para execução de manutenção na oficina da Contratada, esta deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno para sua posição de origem.

2.3. A Contratada deverá fornecer e garantir o uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conforme normas vigentes, visando a não ocorrência de danos físicos e materiais, não só com relação aos seus funcionários, como também com relação aos usuários em geral.

2.4. A Contratada deverá indicar um preposto, representante da empresa aceito pela Administração, para representá-la ao longo da vigência contratual, informando todos os meios de contato e assegurar a sua disponibilidade para contato durante o horário da prestação dos serviços, e terá as seguintes atribuições.

2.4.1. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização;

2.4.2. Receber e encaminhar os serviços demandados pelo Contratante para execução, conforme as especificações constantes no Termo de Referência;

2.4.3. Ter pleno conhecimento das atividades realizadas pelos funcionários;

2.4.4. Atender prontamente às solicitações da Contratante;

2.4.5. Tomar ciência dos relatórios da fiscalização, ofícios, atas de reunião e outros documentos necessários à eficaz comunicação entre Contratada e Contratante;

2.5.6. Comunicar à fiscalização do contrato sobre ocorrências cujas soluções não sejam de sua alçada e que possam impactar no desenvolvimento dos serviços;

2.5.7. Comunicar à Contratante a ocorrência de toda e qualquer irregularidade ou anormalidade constatada na prestação dos serviços.

2.6. A manutenção preventiva dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser realizada 2 (duas) vezes por ano durante a vigência contratual, observando-se intervalo aproximado de 6 (seis) meses entre as execuções, salvo necessidade apresentada pela Administração.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

2.6.1. As datas de realização das manutenções preventivas serão definidas pela Contratante, de acordo com sua conveniência administrativa e necessidade operacional, sendo comunicadas à Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

2.6.1.1. Caso seja possível que a Contratada realize os serviços antes de transcorrido o prazo acima, em comum acordo com a Contratante, os serviços poderão ser executados com antecedência mínima inferior a 10 (dez) dias úteis.

2.6.2. Cada ciclo de manutenção preventiva deverá abranger todos os aparelhos relacionados no Termo de Referência, compreendendo, no mínimo, os procedimentos necessários à preservação do desempenho e da vida útil dos equipamentos.

2.6.3. A identificação, durante a manutenção preventiva, da necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios não autoriza sua execução automática pela Contratada, devendo ser previamente submetida à apreciação e autorização da Contratante, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência para os serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, possibilitadas prorrogações sucessivas nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A Contratada não tem direito subjetivo à renovação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

4.1. O valor máximo da contratação para o período de vigência contratual é de R\$ (...).

4.1.1. No valor acima estão incluídos os valores máximos relativos às manutenções corretivas sob demanda e às substituições de peça mediante justificativa prévia e aceite da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A contratação está amparada por dotação orçamentária própria, com disponibilidade previamente atestada nos autos do Processo Administrativo n. 21/2026.

5.2. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

5.3. Centro de Custos: 02.02.014 – Serviços Terceirizados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária ou PIX, creditada na conta corrente da Contratada, desde que o serviço tenha sido executado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da Contratante.

6.1.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante e encaminhada ao endereço eletrônico financeiro@core-es.org.br.

6.1.2. Na Nota Fiscal deverão constar os dados bancários para crédito ou emissão de ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

6.1.3. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

6.1.4. Caso a Contratada seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

6.1.5. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a Contratante efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

6.1.6. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

6.1.7. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

6.1.7.1. Caso a situação não seja regularizada, a Contratante iniciará o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.137 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

6.2. Os serviços serão provisoriamente aceitos pelo fiscal do contrato, acompanhado da sua respectiva Nota Fiscal, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

6.3. O serviço será definitivamente aceito após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes na proposta em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após o dia de execução do serviço.

6.4. O Core-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento, ou de realizá-lo integralmente, conforme o caso, se, no ato do atesto, o serviço não estiver de acordo com as determinações do Termo de Referência e Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inicial de 12 (doze) meses.

7.1.1. Após o período do primeiro ano contratual, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DA VISTORIA FACULTATIVA

8.1. A não realização da vistoria facultativa gera presunção de que a empresa tomou plena ciência das informações e condições dos locais onde ocorrerão as atividades contratuais.

8.2. Demais disposições sobre a possibilidade de realização de vistoria facultativa e suas implicações jurídicas estão previstas no Item 12 do Termo de Referência que vincula esta contratação.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes ao cumprimento das obrigações contratuais.

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

9.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.9. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

9.10. Emitir laudo técnico informando à Contratante da necessidade de substituição de peças ou componentes dos aparelhos de ar-condicionado, conforme com as disposições elencadas no Termo de Referência.

9.11. A Contratada deverá prestar garantia dos serviços objeto deste Termo de Referência no prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

9.11.1. A Contratada se obriga a corrigir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem ônus para a Contratante, os serviços que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia estipulado acima.

9.12. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos aos locais necessários, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como pelas despesas de transportes, frete e seguros correspondentes.

9.13. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, proteções de pisos, de esquadrias e de mobiliário, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, serviços extraordinários, dentre outros.

9.14. Responsabilizar-se pelo descarte adequado de todo material removido, fazendo-o de forma a atender a todas as exigências das normas ambientais vigentes, em especial à



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

Resolução 307/2002 do CONAMA, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da Contratante, além daquelas previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, adotar todas as providências necessárias para viabilizar a adequada execução do objeto contratado, observados os princípios da legalidade, eficiência, motivação, cooperação e boa-fé administrativa.

10.2. Notificar imediatamente a Contratada sobre qualquer condição operacional anormal.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção, atestar nas notas fiscais, a efetiva prestação dos serviços do objeto contratado e o seu aceite.

10.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação deste termo e da proposta de preços da contratada.

10.5. Oferecer informações à Contratada, sempre que necessárias para execução dos trabalhos.

10.6. Franquear o acesso para a contratada aos locais necessários a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

10.7. Nomear empregado para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços.

10.8. Notificar a contratada acerca das falhas e irregularidades constatadas na execução do serviço.

10.9. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O inadimplemento contratual sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 e no edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses legais, mediante processo administrativo motivado, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O extrato do contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Espírito Santo – Justiça Federal (TRF-2).

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

Vitória/ES, *data conforme assinatura eletrônica.*

**Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito
Santo – Core-ES**

Marcelo Marino Simonetti

Core-ES 10084 / CRA-ES 02740 / OAB-ES 39.580

Diretor-Presidente do Core-ES

(empresa)
CNPJ (...)

TESTEMUNHAS